

# Plano Brady não resolve os problemas dos países endividados, diz Sarney

por Itamar Garcez  
de Nova York

Foi uma resposta curta, porém também a mais precisa, a que o presidente José Sarney deu ontem aos jornalistas do Wall Street Journal: "nós achamos que o México não está sendo um bom exemplo de acordo da dívida. Até pelas dificuldades de implementação". Segundos antes, Peter Truell, que estava acompanhado do editor de internacional, Lee Lesca-se, quis saber do presidente se ele gostaria de obter um acordo como o do México (ver página 2). Sarney ainda justificou sua opinião: "os problemas estão sendo criados com a própria resistência dos bancos".

A longa entrevista, permeada pelo café da manhã e algumas piadas, foi a única até agora solicitada por um jornal americano. Sarney submeteu-se a um variado questionário, auxiliado algumas vezes pelo embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira.

Ecologia e dívida externa foram os assuntos preferidos dos jornalistas, que também quiseram saber da transição democrática e dos planos do presidente como escritor. O Plano Brady mereceu uma atenção especial por parte dos entrevistadores e uma resposta na mesma proporção. "Do ponto de vista conceitual é um grande avanço", avaliou Sarney. "Mas envolve decisões que obrigam os governos a atuar dentro de um sistema de pressão, criando dificuldades na sua execução."

O "avanço" constitui apenas um salto das antigas fórmulas de ajustamento, que visavam apenas proporcionar meios para que os devedores pudessem saldar suas dívidas à constatação de que "é impossível pagar a dívida externa". O problema, então, é reduzir a dívida. Nesse momento, o presidente reprisou o seu discurso feito no dia anterior, na Organização das Nações Unidas (ONU) — que não havia sido acompanhado pelos convidados estrangeiros à mesa. "A dívida externa criou um enfraquecimento do Estado e uma crise em toda a América Latina. Todos os governos pagaram um alto custo político. Pior do que isso: pagaram e o problema só se fez agravar." E desfechou: "esse nível da dívida é impagável".

Ao ser perguntado, pelos jornalistas do Wall Street, sobre o papel do Fundo Monetário Internacional (FMI) na solução da crise da dívida externa do Brasil, Sarney respondeu: "O governo americano comunga com as nossas idéias, mas a burocracia do FMI, que tem seus pontos de vista estratificados, não". O embaixador Moreira, apartando o presidente, complementou: "mas estamos lutando". Truell quis saber, então, se o Japão se poderia transformar numa escapatória brasileira, fornecendo ao País recursos novos. "O Japão não tem tradição de cooperação. Os recursos japoneses são como o horizonte, que a gente vê mas nunca pega", disse Sarney.

Para o presidente, a dívida não é apenas um problema financeiro, é também político. Repetindo uma frase forte do seu discurso de segunda-feira, disse que "o problema da dívida tem melhorado o problema dos credores".

Sarney queixou-se de que a questão ecológica, o emaranhado burocrático internacional (que trava a liberação de novos empréstimos) e até mesmo o des-

crédito com que o seu governo é tratado pela comunidade internacional (por estar no final), são obstáculos à solução da dívida brasileira. "Nós vemos com dificuldade a implantação do Plano Brady. A transição política no Brasil não pode significar interrupção, mas negociações." Quando Lesca-se perguntou qual o "ator" que está dificultando um acordo, Sarney comentou que o conjunto dos bancos "funciona muito bem articulado". O Fundo Nakasone precisa da aprovação do Banco Mundial (Bird), que por sua vez exige o sinal verde do FMI, que não pode negociar sem ouvir os bancos. "Hoje, quando se faz um acordo com cláusulas financeiras ficamos sujeitos à intervenção de cláusulas políticas, como meio ambiente", protestou o presidente. "Nós cumprimos com a nossa parte, mas o Bird e os demais bancos não cumpriram suas obrigações. E foi isso que levou o Brasil a atrasar o pagamento dos juros da dívida aos credores".

Uma nova queixa do presidente foi endereçada ao FMI. "Nós estamos tentando um acordo provisório, para que não haja um hiato entre o meu e o novo governo", falou Sarney. Mas como o Fundo só empresta para novos governos, "isso perturba o processo democrático. Criam-se dificuldades para quem está deixando o governo e maiores ainda para quem está chegando".

Considerando o presidente "bastante otimista em relação ao meio ambiente", Truell quis saber se o Brasil se disporia a receber ajuda internacional. "Nós estamos abertos a toda a forma de ajuda. O Brasil não pode fugir às suas responsabilidades, mas os países industrializados precisam arcar com as suas, também. Nós não somos o vilão. Temos de agir com racionalidade."

Sarney relembrou a sugestão da criação de um lago na Amazônia feita pelo Hudson Institute e rejeitada pelo governo brasileiro. E fez nova queixa: "Até agora temos apenas recebido críticas, mas nenhum recurso objetivo".

O presidente explicou que "temos só cinco ou seis helicópteros alugados e ate as imagens dos satélites nós temos de pagar". Aproveitou para ironizar: "Dizem que contribuimos com 40% do oxigênio da Terra, mas não recebemos nada por isso".

Sarney criticou os Estados Unidos, dizendo que esse país destina 17 hectares para cada índio americano, e assim mesmo nas terras mais áridas, enquanto no Brasil a proporção é de 400 hectares por índio e a maioria está concentrada na Amazônia.

"A transição foi correta?", quis saber um dos jornalistas presentes. "O Brasil teve um papel importante na democratização da América Latina, que se encerra com as eleições no Chile", disse Sarney. Continuando, ele afirmou que agora o Brasil tem uma sociedade democrática, que aprendeu a se organizar em segmentos. "Temos hoje um processo sindical muito forte, que sabe o que quer e tem suportes intelectuais, e não aquela forma empírica de populismo que existia no passado."

"E isso que faz a democracia se desenvolver de forma capilar. Eu pessoalmente me ausentei do processo político. E nós, políticos, sabemos o quanto é difícil ficar fora desse processo", disse.